



Município de São Bernardo do Campo  
Secretaria de Educação  
Departamento de Ações Educacionais

# **DOCUMENTO ORIENTADOR**

**2018**



Às perguntas sobre quem somos? Quem são os alunos? Nos perseguem. Sim, somos nós, nós mesmos, tal qual resultamos de tantas marcas que nos formam. Mas somos os mesmos? Os alunos-educandos são os mesmos? Há uma disputa de identidades.

Miguel G. Arroyo

Mas o que é uma “Proposta Pedagógica” ou “Projeto Político-Pedagógico?”.

É a busca de construção da identidade, da organização e da gestão do trabalho de cada instituição educativa. O projeto reconhece e legitima a instituição educativa como histórica e socialmente situada, constituída por sujeitos culturais, que se propõem a desenvolver uma ação educativa a partir de uma unidade de propósitos. Assim, são compartilhados desejos, crenças, valores, concepções, que definem os princípios da ação pedagógica e vão delineando, em um processo de avaliação contínua e marcado pela provisoriedade, suas metas, seus objetivos, suas formas de organização e suas ações.

Vitória Faria & Fátima Salles

## **Apresentação**

No início do ano letivo de 2017, ao elaborarmos o *Documento Orientador* evidenciamos a necessidade de organização, tomando o calendário Escolar como elemento estruturante e organizador das ações da escola. Naquele documento, iniciamos a escrita do item “orientações de calendário Escolar” com uma epígrafe que nos dizia do tempo como o “compositor de destinos” e da necessidade de entrar “num acordo” com ele.

Decorrido o ano letivo, temos agora necessidade e a condição de apresentar uma análise de como esse tempo atuou a nosso favor, ou, em quais momentos ele nos foi desfavorável realizando, contudo, uma avaliação que considere e aponte os desafios superados e quais se colocam em pauta.

É nossa intenção também neste documento, que se evidenciem alguns aspectos fundamentais – teóricos e conceituais – que devem balizar nossas ações.

Dessa maneira, trataremos de diferentes aspectos da organização Escolar com o intuito de suscitar reflexões ao longo de todo o ano letivo, que ressaltam princípios e a nossa forma de interpretá-los no cotidiano Escolar. Para tal, tomamos o PPP, mais uma vez, como o grande orientador das ações da unidade Escolar e, portanto, o local privilegiado para conter as informações sobre as concepções que fundamentam as ações na escola.

Este documento traça as linhas gerais do trabalho a ser desenvolvido e intenta contribuir para maior otimização do tempo dispendido para as ações tanto pela Secretaria de Educação como das Unidades Escolares buscando que ele se caracterize como, de fato, elemento estruturante e orientador para as ações nas Unidades Escolares.

Ele está organizado de forma a destacar ações que já fazem parte das rotinas das escolas desde a acolhida às crianças, jovens e adultos no início do ano letivo, até as ações que envolvem as escolhas sobre estudo de meio, orientações para reunião com famílias/responsáveis e reuniões pedagógicas, realização de conselhos de ano/ciclo e organização de sábados letivos.

Propomos considerar que, tal como o PPP, este é um documento “vivo” e que, para além deste *Documento Orientador 2018* outros documentos complementares devam ser consultados, como por exemplo, o de *Orientações Administrativas*, *Manual de Gestão-Instituições Parceiras*, *Guia de Orientação/Programa Tecnologia Educacional Aluno.com*, *Orientações de Funcionamento das Escolas de Educação Básica*, dentre outros os quais são importantes subsídios para delineamento das dinâmicas Escolares e dos profissionais. Dessa forma, o seu conteúdo deve ser de conhecimento e se constituir como passível de consulta de todos os profissionais da equipe Escolar.

Desejamos um excelente ano de trabalho a todos nós!

## Sumário

- Apresentação .....	3
<b>1. Panorama do ano de 2017 .....</b>	<b>5</b>
<b>2. Projeções e perspectivas para o ano de 2018 .....</b>	<b>8</b>
<b>3. Reflexões sobre o tempo e a dinâmica Escolar.....</b>	<b>8</b>
<b>4. O tempo e a dinâmica da Secretaria de Educação.....</b>	<b>9</b>
<b>5. A organização das ações da escola.....</b>	<b>10</b>
<b>6. O lugar do Conselho de Escola.....</b>	<b>11</b>
<b>7. O Projeto Político Pedagógico.....</b>	<b>12</b>
7.1. O PPP em ações.....	14
7.1.1 Acolhimento aos profissionais.....	16
7.1.2 Acolhimento às crianças, jovens e adultos.....	16
a) Turmas de Educação Infantil	
b) Ensino Fundamental	
c) Educação de Jovens e Adultos	
7.1.3 Reuniões.....	20
a) Reunião Pedagógica	
b) Reunião com famílias/ responsáveis	
c) Conselhos de Ano/Ciclo	
d) Reuniões de Conselho de Escola e APM	
e) HTPC e HTP	
f) Reuniões da Equipe gestora	
7.1.4 Problematizando os sábados.....	27
7.1.5 Datas comemorativas, festas e eventos.....	28
7.1.6 Sistematizando o calendário 2018.....	32
7.1.7 Outras ações de fomento ao ensino.....	33
<b>- Informações complementares .....</b>	<b>34</b>

## **1. Panorama do ano de 2017**

O ano de 2017 transcorreu de forma ímpar. Ainda que na somatória dos anos de funcionamento de nossa rede de ensino os episódios referentes a mudança de governo sejam recorrentes, sabemos que a cada alteração de equipe um período de adaptação se inicia.

Nosso primeiro ano foi dedicado a conhecer as minúcias do funcionamento dos diferentes setores da Secretaria de Educação, na mesma medida e, ao mesmo tempo, em que se empreendiam esforços para garantia do funcionamento das Unidades Escolares na perspectiva de continuidade.

Dessa maneira, o ano se caracterizou pela observação e pela escuta dos profissionais por meio do instrumento denominado “Escuta da Rede”, e por encaminhamentos de propostas diversas, desde as que não tivessem grande impacto, mas uma acolhida às necessidades mais emergentes que já eram de conhecimento da SE, até as que, conforme indicadas no plano de governo, exigiam mudanças na forma de atendimento. Assim, foram implantadas ações substanciais que demandaram reorganização de espaços e equipes, como por exemplo, a reestruturação da Educação de Jovens e Adultos, a implantação das escolas do Programa Educar Mais com a inclusão de aulas de língua estrangeira moderna – inglês - em escolas do Ensino Fundamental e a retomada do atendimento da Escola Bilíngue Neusa Bassetto. Paralelamente deu-se continuidade aos Programas Tempo de Escola e Novo Mais Educação, como forma de descentralizar a oferta de oficinas no contra turno, visando a ampliação gradativa da jornada Escolar em diferentes pontos da cidade. Buscou-se avaliar tais programas por meio de acompanhamento e monitoramento de suas ações.

Nesse contexto, iniciamos um processo formativo, por um lado acolhendo propostas de instituições que se disponibilizaram a firmar parceria e, por outro, formações específicas coordenadas por profissionais da rede.

Foram instituídos grupos de estudo, trabalho e formação (GETF) organizados por temas, coordenados por representantes das Orientadoras Pedagógicas (OP) e da Equipe de Orientação Técnica (EOT) e/ou chefias, a partir de planos de ação e sistemáticas de encontros de formação definidos de acordo com as possibilidades de atendimento.

Em 2017 desenvolvemos dois GETFs voltados para a Educação Infantil: um com foco nas discussões específicas da Creche e outro da Pré-escola, que ainda está em processo inicial. Ambos pretendem engajar-se em discussões com a participação dos educadores de toda a rede de ensino, com vistas à revisão/ construção do Currículo.

Além destes, desenvolvemos também o GETF de Gestão Escolar que teve como foco conteúdos concernentes ao papel do Diretor Escolar. Num primeiro momento foram chamados a

compor este grupo, os PRDs (Professores Respondendo pela Direção), e este foi encerrado com a palestra proferida pelo Prof. Dr. Vitor Henrique Paro, anunciando, ao mesmo tempo, a continuidade com participação de todos os Diretores e Vice-Diretores para aprofundamento das discussões.

Iniciamos ainda, duas grandes ações com vistas ao aprimoramento das práticas pedagógicas de toda a rede de ensino: o GTEF Cultura do Escrito e o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

O trabalho com o GTEF Cultura do Escrito, que teve início no ano 2017 e continuará em 2018, tem por objetivo avançar na discussão sobre o trabalho com a linguagem oral e escrita nas diferentes modalidades de ensino atendendo bebês, crianças, jovens e adultos. Para este fim, considerou os saberes da Rede e pretende retomar discussões sobre concepção de educação, de criança, de infância, de currículo e do ensino da Língua Portuguesa. Optamos por tomar os conhecimentos sobre leitura para iniciar o trabalho e um Ciclo de Palestras referentes ao tema inauguraram esta ação. Denise Guilherme, Renata Sant'Anna e Mara Póvoa, que foram nossas palestrantes, contribuíram com os Coordenadores Pedagógicos, Diretores, Orientadoras Pedagógicas e membros da EOT presentes nas palestras, trazendo para o debate o trabalho realizado com a leitura de livros literários, o papel da ilustração nos textos infantis e o processo de compreensão do sistema alfabético por meio das práticas de leitura. Prosseguindo com as ações do GTEF, realizamos encontro com todos os Coordenadores Pedagógicos para analisar as práticas de leitura que vêm sendo desenvolvidas nas Unidades Escolares e projetar ações comuns para 2018.

O PNAIC, que é um programa nacional desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC), na versão 2017/2018 se propõe a tematizar o trabalho com Língua Portuguesa e Matemática com os Professores e Coordenadores Pedagógicos das turmas de 5 anos da Educação Infantil e do Ciclo I do Ensino Fundamental. Seguindo as orientações do MEC o programa iniciou-se em dezembro de 2017 e terá continuidade em março, abril e maio de 2018.

Além destas ações formativas, em 2017, outras foram viabilizadas por meio de instituições parceiras atendendo assim parte da rede com discussões sobre temáticas específicas:

- "Análise ambiental para Professores da Educação Fundamental" – UFABC – Curso oferecido a 30 Professores do Ensino Fundamental como forma de complementação na formação destes profissionais para que possam elaborar projetos de Educação Ambiental que atendam as necessidades de conhecimento de seus alunos, bem como atender as especificidades locais e regionais.
- Comunidade de Aprendizagem – Instituto Natura – o projeto atende 8 escolas de Educação Infantil. Visa a aprendizagem de todos os alunos por meio de cinco eixos de atuação (Tertúlia Dialógica, Grupos Interativos, Biblioteca Tutorada, Formação de Familiares, Participação Educativa da Comunidade, Modelo Dialógico de Resolução de Conflitos, Formação Pedagógica Dialógica);

- Criança é Vida (bebê/criança) – Instituto Criança é Vida – o projeto atendeu 21 Creches, por meio da formação dos Coordenadores e de um Professor de cada unidade com objetivo de conscientizar pais e educadores sobre a importância dos 24 primeiros meses de vida, para o desenvolvimento emocional e afetivo do ser humano.
- Ecoviver – Instituto Ecovias – O projeto atendeu escolas de Ensino Fundamental, por meio da formação de Coordenadores, Professores e alunos. Seu objetivo é transformar a realidade por meio da arte, trazendo um novo olhar acerca das questões urgentes da atualidade, fomentando, na comunidade Escolar, a discussão sobre a sustentabilidade e democratizando a linguagem teatral.
- Edukatu – Instituto Akatu – O projeto atendeu 200 profissionais da educação em formação presencial, acompanhou o trabalho desenvolvido em escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Seu principal objetivo é promover uma rede de aprendizagem sobre os conceitos e práticas do consumo consciente com a participação de alunos e Professores.
- Formação Continuada de Professores de Redes Públicas - Instituto Esporte e Educação – Fundação Mondelez – O projeto atende a todas as escolas do Ensino Fundamental por meio da formação continuada para os profissionais de educação física e Gestores das escolas públicas. Investe na qualificação das práticas pedagógicas dos Professores de educação física das escolas e mobilização dos gestores para analisar e aperfeiçoar os projetos já existentes.
- História da ciência como elemento de reflexão – UNICAMP – Curso oferecido a 60 Professores do Ensino Fundamental, atendidos em dois grupos, tem como proposta discutir as contribuições da História da Ciência na educação científica dos estudantes e pretende também propor o uso deste conhecimento na construção de propostas didáticas para o ensino da área no Ensino Fundamental.
- Inova escola – Fundação Telefônica – O projeto atendeu 120 profissionais da educação dentre Professores, Coordenadores Pedagógicos, Diretores e orientadoras pedagógicas por meio de oficinas que têm por objetivo promover práticas inovadoras para os educadores. Neste ano a discussão girou em torno do uso de recursos tecnológicos e da organização de espaços diferenciados para promover a aprendizagem.
- Kham Academy – Fundação Lemman – O projeto atendeu 21 escolas de Ensino Fundamental por meio da formação de Coordenadores Pedagógicos, PAPP e Professores. Seu objetivo é o ensino da matemática usando o computador como ferramenta.

Essas ações nos dão indicativos de continuidade, de mudança e mesmo de interrupção de ações propostas que não foram bem avaliadas.

Para o ano de 2018 temos o imenso desafio de dar continuidade às ações exitosas e implementar outras tantas que ainda se encontram pendentes, mas que já compõem o nosso plano de trabalho.

Já sinalizamos que teremos alterações de algumas práticas que avaliamos e, na medida em que formos implantando-as socializaremos as razões pelas quais elas se tornam imprescindíveis, fundamentando-as.

## **2. Reflexões sobre o ano de 2018**

Iniciamos nossa escrita, entendendo que o ano de 2018 contemplará acontecimentos de diferentes âmbitos que impactam em nossas vidas. Teremos também alguns marcos, eventos e programas específicos da nossa localidade que repercutem no funcionamento de nossas escolas.

Destacamos, primeiramente, dois eventos que repercutirão na organização do calendário Escolar: as eleições para diversos cargos de administração pública e a Copa do Mundo. Ainda que este último não impacte de forma direta a organização Escolar, sabemos que muitos projetos didáticos são desenvolvidos com essa temática e, portanto, assim como as eleições, certamente tomarão parte nos PPP das Unidades Escolares.

De forma mais direta, as eleições impactam na rotina uma vez que muitas escolas se constituem como zonas eleitorais, o que demanda trabalho específico. Além disso, se constituem como tema social que afeta a vida da população que volta sua atenção para a escolha de candidatos, trazendo anseios e expectativas. Democracia, cidadania e voto são exemplos de palavras que figuram esse momento e que podem também permear o vocabulário Escolar de forma significativa.

Assim, é fundamental a atenção das equipes quanto a elaboração dos seus planejamentos e organização dos tempos didáticos. Importante frisar os cuidados em relação aos princípios que devem embasar, a todo o momento, essas propostas, bem como, nos atentarmos as modalidades organizativas (Projetos, Sequências Didáticas, Atividades Permanentes e Atividades de Sistematização) e as formas de organização pedagógica, inseridas na rotina escolar.

Ademais, emergem cotidianamente outros acontecimentos que fazem com que voltemos nosso olhar para a organização e adequação das rotinas. No entanto, sobre as ações que já temos conhecimento de antemão é que iremos traçar as nossas considerações e indicativos.

## **3. Reflexões sobre o tempo e a dinâmica Escolar**

*“... a organização do tempo é fundamental para o sucesso das propostas”.*

No decorrer do primeiro semestre do ano, nos deparamos na Secretaria de Educação, com a necessidade de homologação do PPP que demanda, anualmente, um esforço conjunto das equipes Escolares e de orientação pedagógica, no sentido de traçar ações atendendo ao exposto nas orientações da Secretaria de Educação, que observa o calendário administrativo que objetiva organizar as ações de toda a cidade.



Sabemos, pois, que as dinâmicas Escolares e da SE, por sua estrutura e condição, necessitam de um calendário que, carece atentar para uma forma de organização diferente, que se dá pelos dias letivos que atendem a uma obrigação legal. Daí resulta a necessidade de orientações específicas para a nossa organização temporal.

Uma observação a ser realizada diante dessa especificidade diz respeito à forma como cada equipe Escolar organiza as possibilidades de composição de seus calendários demandando que cada data seja colocada em discussão sob duas perspectivas, minimamente:

- atender o que se delineia nas orientações;
- contemplar o que está exposto no seu PPP.

Surgem, por vezes, dessa discussão, algumas problemáticas. A mais comum delas, diz da necessidade de congregar intenções que por vezes, se apresentam de maneira distinta – o que é de organização do sistema e o que é de organização de cada escola.

Outra problemática surge da necessidade de adequação de propostas de trabalho, mormente às formativas, que dependem de agendamentos de parceiros externos ou, ainda, de demandas que emergem decorrentes de algum aspecto específico não previsto, o que por vezes, impõe às Unidades Escolares uma alteração urgente de suas propostas.

Em razão dessas e outras questões, delineamos uma organização de calendário que objetiva agregar necessidades do sistema, sem contudo, definir todas as datas, deixando margem para que as discussões em Conselho de Escola se concretizem.

#### **4. O tempo e a dinâmica da Secretaria de Educação**

*“Entendemos que a organização do tempo de cada unidade Escolar deve considerar as suas especificidades...”*

Entende-se desde muito tempo, que as ações das Unidades Escolares demandam a organização e proposição daquilo que a legislação, as pesquisas, órgãos colegiados, etc orientam. A rede de ensino, para que se caracterize como tal, possui a necessidade de congruência entre as ações da SE e das Unidades Escolares. Assim, justificam-se por vezes as orientações que são emanadas.

Por outro lado, essa forma de compreender o sistema traz para a Secretaria de Educação o lugar central, no sentido de que dela demandam as orientações, mas também a necessidade de analisar propostas diferentes daquilo que se indicou, em razão dos contextos diferentes, dos agendamentos de atividades externas, da necessidade apontada pela comunidade Escolar, e tantas outras possibilidades de realização dos planos de formação e de ação de cada uma das Unidades Escolares, sem, contudo deixar de considerar que sua execução dependa de não ferir princípios, leis, previsão orçamentária, etc.

Sendo assim, importa que se realize essa análise de forma ponderada, considerando as necessidades de cada um dos serviços e o impacto que as orientações têm nos contextos da SE e

das escolas, na otimização do tempo em contrapartida com as possibilidades de qualificação positiva das práticas cotidianas, tanto no aspecto dito como mais administrativo, quanto no aspecto pedagógico.

Muitas das ações, se não a totalidade delas têm repercussão no tempo e na organização Escolar. A proposta, por exemplo, dos GETFs e das formações como Cultura do Escrito, indicam a produção de textos e, portanto, a necessidade de mobilização das equipes Escolares para a discussão coletiva nos espaços formativos: HTPC, HTP e reuniões pedagógicas.

As ações da Divisão de Educação Básica, também alcançam a dinâmica da escola, e, portanto, precisam estar destacadas no PPP.

Dentre essas ações destacamos os programas e projetos voltados aos alunos como: Programa Saúde do Escolar (PSE), visitas monitoradas, escola no teatro, projetos de sustentabilidade e de educação para trânsito, tecnologia, educação em tempo integral, fomento à leitura e o Desfile Cívico-Militar de 20 de agosto. Para a comunidade como Projeto Escola de Portas Abertas (EPA) que oportuniza maior acesso, participação e utilização dos espaços Escolares, as ações com os profissionais da educação como as formações oferecidas e a participação nos eventos propostos.

## **5. A organização das ações da escola**

Diante do que foi ponderado até aqui, realizamos uma proposta de organização do calendário que objetiva:

- minimizar as dificuldades de organização das dinâmicas Escolares e de Secretaria de Educação;
- voltar a atenção para a qualificação dos contextos Escolares mais autônomos;
- otimizar o acompanhamento da equipe de orientação pedagógica as ações realizadas nas Unidades Escolares;
- dar voz ao Conselho de Escola na discussão sobre a proposta de organização dos contextos Escolares;
- potencializar a ação da Secretaria de Educação no acompanhamento às práticas pedagógicas das Unidades Escolares;
- propor o funcionamento dos setores da SE voltados para dinâmica de funcionamento das unidades vislumbrando o princípio da autonomia.

Antes, porém, de se indicar as datas, cabe ressaltar que a organização do tempo didático deve sempre estar pautada em princípios e concepções que se revelam em cada um dos PPPs das Unidades Escolares. Assim, dedicamos abaixo, espaço para a retomada desses princípios e concepções, que devem servir de reflexão para a organização de cada um dos momentos que se efetivam na dinâmica Escolar.

Sabemos, no entanto, que não abarcaremos todas as ações, tampouco temos a pretensão de que os aspectos aqui trazidos sejam tomados como acabados. O que se abre aqui é a necessidade de cada equipe realinhar as suas ações a partir de discussão coletiva sobre quais concepções e princípios já contemplam e quais carecem de aprimoramento.

## 6. Conselho de Escola<sup>1</sup>

*“a escola deverá realizar a discussão com toda a equipe da unidade Escolar, comunidade e Conselho de Escola, objetivando definir as datas...”*

Como desdobramento do princípio exarado pelas legislações vigentes (Art. 206 da Constituição Federal – 1988, e Art. 3 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 1996) a participação se constitui como ferramenta indispensável para o exercício da gestão democrática.

No interior das Unidades Escolares a participação das comunidades, famílias, alunos (crianças, jovens e adultos) se dá pela instituição dos órgãos colegiados: Conselho de Escola, Associação de Pais e Mestres, Grêmios Estudantil e Conselho Mirim.

Sabemos que temos um caminho formativo importante a percorrer, para que esses órgãos tenham seu funcionamento de maneira mais efetiva. No entanto, temos observado práticas, nas quais é possível identificar a articulação entre equipe Escolar e comunidade nas discussões sobre o Projeto Político-Pedagógico e, conseqüentemente, nas tomadas de decisão.

Dentre essas discussões, sempre esteve em pauta o limite de participação dos Conselhos e das equipes Escolares, por exemplo, na definição do calendário Escolar. Sabemos das limitações legais, que se dão por diversos fatores, entre eles a competência e responsabilidade da gestão Escolar e da própria Secretaria de Educação na determinação de algumas ações, mas, por outro lado, sabemos também que a margem de discussão pode ser ampliada.

No entanto, a questão colocada em relação à autonomia da unidade Escolar e sua relação com a construção de um PPP que contemple as características e necessidades de cada contexto Escolar fica, de certa maneira, atrelada à autorização, o que por vezes, demanda um processo de idas e vindas de discussões e encaminhamentos.

Nosso entendimento, a partir da acolhida a muitas questões que nos são postas, é de que a autonomia é um processo de conquista e que precisa ser correlacionado às demandas de organização do Sistema, uma vez que, também temos ainda como fato, questionamentos de famílias que precisam organizar as suas rotinas contemplando filhos de diferentes faixas etárias atendidos em diferentes escolas, por exemplo.

---

<sup>1</sup> Para saber mais: PERRELLA, Cileda dos Santos Sant’Anna. **Conselheiros e conselheiras de escola em formação: aprendendo e ensinando participação**. Curitiba: Appris, 2015

Temos, por fim, o aspecto legal a ser observado constantemente na organização Escolar, que contempla tanto a distribuição do ano letivo (cargas horárias em dias e horas), como o direito de cada uma das crianças, jovens e adultos de estar na escola.

Nesse contexto, o Conselho de Escola, como órgão deliberativo assume o papel de, considerando as imposições legais, propor formas de organização que contemplem o desejo e a necessidade da comunidade escolar. Informação, formação e decisão precisam estar atrelados, o que requer que as equipes Escolares se subsidiem, para também propor aos conselheiros discussões cada vez mais consistentes.

Nessa proposta cabe salientar a intenção da SE em sistematizar discussões com os gestores que pautem a atuação dos Conselhos de Escola.

## **7. O Projeto Político-Pedagógico**

Reiteradas vezes anunciamos nos documentos expedidos pela Secretaria de Educação atenção na elaboração do PPP das Unidades Escolares<sup>2</sup>. Temos reforçado a ideia fundamentada por autores como Ilma Passos Veiga, que tratam desse instrumento como um documento vivo que remete a projeção das ações de um dado contexto, bem como revele as intenções, os projetos e até mesmo as utopias que emergem do cotidiano Escolar e do contexto social mais ampliado.

Remetemo-nos frequentemente também, à ideia de participação na elaboração desse documento fundamentados pela LDBEN 9394/96 - que fazendo referência aos princípios da autonomia e gestão democrática invocam a participação ampla na construção das escolas de suas propostas pedagógicas - e, ainda ao Regimento Único das Escolas, quando citamos os itens que devem compor este documento.

Mais recentemente, no entanto, temos encontrado respaldo e indicativos nas Diretrizes Nacionais da Educação Básica (Art. 14) e, no Parecer CNE/CEB no. 07/2010 que retomam a concepção de PPP, bem como dos seus fundamentos e forma de organização.

Para o ano de 2018, temos uma nova consideração a realizar, que leva em conta as avaliações tanto dos conteúdos dos pareceres elaborados pelos Orientadores pedagógicos, responsáveis pelos indicativos para a homologação do PPP, como do processo que implica esta homologação, que temos visto em algumas dinâmicas, cumprem ainda, uma determinação de cunho mais burocrático/legal.

Assim, para aproximarmos nosso fazer de nosso entendimento e, considerando as diferentes dinâmicas, propomos para o ano de 2018, que sejam analisados e enviados para a homologação os itens do PPP em que ocorreram alterações. Evidente que esse indicativo não se

---

<sup>2</sup> Ver SE. **Documento Orientador 2** – Orientações gerais para discussão PPP 2017.

destina as escolas recém-inauguradas, pois estas ainda têm o papel de analisar todo o conteúdo de suas escritas para validá-las.

Destacamos aqui a importância da equipe gestora elaborar um **plano de ação**, com o objetivo de registrar a reflexão acerca das responsabilidades e compromissos estabelecidos para cada membro na implementação do PPP ao longo do ano. Indicamos, portanto, a inserção deste item no documento, a partir da discussão com a OP referência da unidade e, quando necessário, com Equipe de Orientação Técnica. .

A inserção deste plano será objeto de estudos mais aprofundados ao longo do ano de 2018, quando retomaremos de forma sistemática a discussão com gestores sobre o fazer de cada um: Diretor Escolar, vice-Diretor e Coordenador pedagógico.

Informamos os itens imprescindíveis para homologação:

- quadro de funcionários;
- plano de formação/ação dos diferentes segmentos - quando não for bianual e, portanto, teve início no ano de 2017;
- plano de ação da equipe gestora (com a menção das responsabilidades de cada profissional);
- síntese das avaliações de 2017 e ações planejadas a partir desta (todos os demais itens do PPP de 2017 que forem modificados)
- calendário Escolar.

Solicitamos que para esse processo, se observem as datas indicativas para o processo de homologação.

As seguintes ações deverão ser concretizadas pelas equipes gestoras e orientadoras pedagógicas no período entre 01/02 e 27/04.

<b>Ações:</b>
Apresentação dos itens para homologação para OP
Discussão e finalização das atualizações 2018 junto à equipe Escolar
Devolutiva das OPs para as Unidades Escolares
Elaboração do parecer pela OP e socialização com equipe Escolar
Entrega da versão final para homologação

### **7.1 O PPP em ações**

Parece-nos pertinente ressaltar que a referência às Diretrizes não indica uma forma de escrever os itens do PPP, tampouco de indicar faltas, mas dizer de uma concepção em que diferentes aspectos se entrecruzam e compõem a caracterização da unidade Escolar, suas intenções e ações. Da análise que temos dos PPP das escolas da rede de ensino, sabemos que muitos dos aspectos indicados nos incisos do artigo das *Diretrizes* estão contemplados de forma direta ou de maneira mais fluída, o que representa a opção de cada escola na construção do documento (SE, 2017, p. 5-6).

Iniciamos este item, revisitando o texto das *Orientações gerais para discussão do PPP 2017*, em virtude da necessidade de reiterar que a escrita deste documento precisa estar voltada para a explicitação de concepções que estão firmadas pelas *Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Básica*.

No entanto, o PPP não pode se caracterizar apenas como um documento escrito, sob o risco de permanecer burocratizado, mas de se constituir como o resultado, a síntese das expectativas, anseios e utopias, e das nossas intenções amplamente discutidas e, portanto, conhecidas por toda a comunidade Escolar.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola necessita ser elaborado por meio de processos participativos próprios da gestão democrática, e necessita traduzir uma proposta construída com base nas características dos alunos, dos profissionais, dos recursos disponíveis, tendo como referência as orientações curriculares nacionais e as orientações do sistema.

A participação da comunidade tem como objetivo considerar bebês, crianças, adolescentes, adultos e idosos que frequentam nossas escolas como sujeitos de direito, protagonistas do processo educativo. Cabe destacar que os anseios da comunidade e dos profissionais da educação necessitam estar pautados em nossa legislação e necessitam se referenciar em práticas inclusivas que respeitem a diversidade dos sujeitos que frequentam as nossas unidades.

Tornar o PPP um instrumento “vivo” é um desafio constante e cabe explicitar que toda a escola possui um projeto que pode assumir diferentes características e ser um projeto mais articulado, ou, ao contrário, um projeto fragmentado, o que descaracteriza, no nosso entendimento, a ideia e o princípio de unicidade.

Temos como desafio qualificarmos cada vez mais nosso projeto com vistas a torná-lo mais coletivizado e menos fragmentado, de modo que as práticas de cada escola reflitam a cultura de um coletivo e não práticas solitárias, nas quais cada Professor/profissional desenvolve o currículo à sua maneira e cujo foco fundante se assenta em promover aprendizagens significativas. Por meio de projetos e sequências didáticas significativas e relevantes, busca-se a instituição de práticas que proporcionem interações sociais entre as crianças, jovens e adultos despertem prazer em aprender e fomentem cada vez mais o protagonismo de alunos e Professores, da equipe gestora, bem como dos demais profissionais da educação e comunidade.

Os sistemas de ensino por sua vez, também assumem compromissos com as políticas de Estado e necessitam implementá-las com vistas a ampliar o acesso, a permanência e a qualidade social da educação.

Destacamos nesse contexto, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), cujos municípios terão prazo definido para implementar as metas, metas estas que necessitarão fazer parte dos planos de Educação dos 5.564 municípios de nosso país e o Plano Municipal de Educação (Lei nº 6447, de 28 de dezembro de 2015).

O que é projetado no PPP necessita considerar o aluno como centro do planejamento curricular, ou seja, um sujeito que atribui sentido às práticas sociais que vivencia, recriando conhecimentos e construindo sua identidade pessoal e social, enfim, produzindo cultura.

Na implementação do PPP destacamos a indissociabilidade **do cuidar e educar**<sup>3</sup> que necessita permear as ações de todos os profissionais nas diferentes etapas de educação: cuidar e educar não se restringem apenas à Educação Infantil (creche e pré-escola), mas a toda a Educação Básica.

Também é fundamental que esteja claro dentro do PPP ações relativas a Lei nº 10.639/03 que embasa e propõe questões étnico raciais.

O PPP necessita estar apoiado por um processo de avaliação contínua, contudo, identificamos que fazem parte de nosso sistema de ensino, momentos de paradas formais para uma discussão mais ampliada sobre a avaliação do que fora vivido por todos os atores do contexto educacional.

Esses dados avaliativos trazem observáveis tanto sobre aspectos a serem qualificados quanto outros que merecem continuidade.

O PPP se revela nas ações cotidianas. Abarca e contempla diferentes atores. Destina-se a nós mesmos e aos que compõem conosco a dinâmica da educação.

Como indicativo geral do sistema de ensino, alertamos as escolas quanto à formulação de PPP que teremos até o ano de 2020, como foco de trabalho:

- estudo do currículo a partir da observância aos documentos oficiais e à produção escrita ao longo dos anos na própria rede.
- discussão sobre a diversidade e sobre os direitos humanos.
- continuidade da adesão aos Programas: PSE, Educação para a paz, Promoção de saúde.
- participação da instituição na rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

Para além dos aspectos de atenção indicados acima, destacamos a seguir alguns momentos do cotidiano Escolar, naquele sentido exposto anteriormente: de traçar as nossas considerações e indicativos.

### **7.1.1 Acolhimento aos profissionais**

O ato de acolher envolve a todos os participantes do processo educativo e antecede o início do ano letivo. A chegada prévia das equipes gestoras possibilita antecipar esse momento e planejá-lo de forma cuidadosa na escola, contemplando toda a equipe. Retomando que esta ação é contínua ao longo do ano letivo.

---

<sup>3</sup> Revisite: Brasil. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** – Volume 2. Formação Pessoal e Social. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il.

### **7.1.2 Acolhimento às crianças, jovens e adultos.**

Um ponto inicial de trabalho integrado da instituição de Educação Infantil com as famílias pode ocorrer no período de adaptação e acolhimento aos novatos. Isso se fará de modo mais produtivo se, nesse período, as Professoras e Professores derem oportunidade para os pais falarem sobre seus filhos e expectativas que têm em relação ao atendimento na Educação Infantil, enquanto eles informam e conversam com os pais os objetivos propostos pelo Projeto Político-Pedagógico da instituição e os meios organizados para atingi-los (CNE/CEB, 2009, p. 92).

Ainda que tenhamos optado por iniciar este texto com uma citação que faz referência expressa à Educação Infantil, entendemos conter nesse excerto uma concepção de adaptação/acolhimento que deve estar contemplada em todas as etapas e modalidades de atendimento de São Bernardo do Campo.

Em nossa rede de ensino, temos o cuidado de acolher os educandos de maneira a respeitar as suas necessidades individuais e, de fazer da inserção no ambiente Escolar, um momento agradável. Temos comumente chamado esse ingresso e essa acolhida de período de adaptação.

A seguir, tratamos de apresentar formas de organização e aspectos que devem ser objeto de reflexão, sem, contudo, desconsiderar que a escola tem também a função de acolher e atender as necessidades da família, o que pode requerer que a organização abaixo detalhada seja reformulada.

#### ***a) Turmas de Educação Infantil***

O período de adaptação é de extrema importância para todos os envolvidos no processo: crianças, famílias, educadores, etc. Ele tem por objetivo o contato inicial para o estabelecimento de vínculo, tão necessário para conferir segurança, tanto às crianças que ingressam num novo ambiente, como para a relação com adultos, ou ainda, às famílias que deixam seus filhos em uma instituição, por vezes, ainda desconhecida.

O período de adaptação se torna mais importante, quanto menores forem as crianças, uma vez que congrega o momento de separação da criança de sua casa, de seus adultos de referência e, de entrada num novo ambiente, de conhecimento de outras possibilidades de arranjo social, e de interações e convívio com novas pessoas – adultos e crianças.

Ainda que possa parecer um contrassenso a realização do período de adaptação, diante das exigências do mundo moderno, como por exemplo, o ingresso da mulher-mãe no mundo do trabalho, a possibilidade de que a entrada das crianças na escola, não se dê de maneira traumática deve estar em nosso âmbito de discussão e preocupação real com o bem-estar da criança.



As práticas de sucesso consolidadas em nossa rede apontam a necessidade de iniciar este período antes que a criança comece a frequentar a escola e, que o envolvimento das famílias/responsáveis nesse processo é fundamental para que ele transcorra do modo mais tranquilo possível.

Desta forma, ao final do ano, após realizar todas as matrículas, faz-se necessário realizar uma reunião com todos os responsáveis das crianças ingressantes com objetivo de esclarecer sobre o funcionamento da escola e do período de adaptação, minimizando as ansiedades, facilitando a sua organização e preparando todos para um processo mais tranquilo.

Outra prática que tem sido bem avaliada é o convite às famílias/responsáveis participarem do último sábado letivo para que possam conhecer mais de perto os trabalhos realizados e os espaços da escola.

A adaptação da criança ingressante precisa ser especialmente considerada na rotina Escolar, visto que, para ela o ambiente é totalmente desconhecido. Os planejamentos devem contemplar essa especificidade e o tempo de permanência na escola precisa ser ampliado gradativamente, até que possa permanecer em período integral sentindo-se segura.

A criança que já frequentou a escola no ano anterior, também precisa ser considerada em seu processo de adaptação, pois haverá uma nova adaptação em relação ao ambiente da nova sala, como também dos novos educadores. É recomendável que ao menos um educador permaneça como referência em sua nova turma (no caso das turmas da creche onde a docência é compartilhada). Esta criança também deve ter em seus primeiros dias de aula o tempo de permanência na escola reduzido e a possibilidade de ser acompanhada por um familiar ou responsável.

A criança que já frequentava a escola no ano anterior tem grande possibilidade de se adaptar rapidamente e, normalmente, apenas dois ou três dias de horário reduzido no retorno, sendo ao menos acompanhada no primeiro dia. Desta forma, essas ações tornam-se suficientes para um recomeço mais tranquilo, salvo algumas exceções que devem ser cuidadas individualmente por meio de diálogo entre família/responsável, educadores, gestão e, se necessário, orientação pedagógica.

Comumente neste período, ocorre uma entrevista com os pais, cujo objetivo é a escuta atenta por parte dos educadores sobre suas expectativas e a aproximação por meio de um diálogo em torno da história de vida e do universo familiar da criança. Essas entrevistas podem ser realizadas no dia da reunião dividindo-se os educadores e/ou nos dias em que as crianças têm seu horário reduzido. Note-se que as famílias/responsáveis das crianças rematriculadas, normalmente contam com a vantagem de conhecer o espaço da escola e os demais educadores.

Da mesma forma, geralmente os educadores (ou parte deles) já as conhecem no contato diário, ainda que um pouco distanciado, bem como, as conhecem por meio de relatórios e

entrevistas do(s) ano(s) anterior(es) e isso facilita a realização das entrevistas. Nas escolas em que há grande rotatividade de educadores isso se torna um pouco mais difícil.

Durante este período inicial, a equipe Escolar precisa estar mobilizada para auxiliar as crianças e os educadores que mais necessitem de apoio, por isso, é importante que sejam feitas adequações nos horários de trabalho para que se concentre o maior número de adultos que for possível durante o tempo de permanência na escola.

É importante ressaltar que o período de adaptação é individual e algumas crianças podem necessitar ter um período reduzido por mais dias que a maioria do grupo. Da mesma forma, pode ocorrer que outras se tranquilizem rapidamente e possam ter seu horário estendido mais rapidamente. Esses casos devem ser discutidos com educadores, famílias/responsáveis, equipe gestora e orientadora pedagógica.

Considerando as necessidades citadas acima, que dizem respeito à acolhida das crianças, mas também de suas famílias, traçamos a seguinte orientação para o ano letivo de 2018 para realização do período de adaptação:

- **Creches:** de 19/02 a 02/03 (inclusive nas Escolas do Programa Educar Mais)
  - *Destacamos a importância de no primeiro dia contar com a presença de um familiar que inspire segurança à criança;*
  - *Os horários de entrada e saída podem respeitar a flexibilidade de 30 minutos, da mesma forma que ocorre durante o ano todo.*
  - *É interessante que o tempo de permanência na escola seja ampliado gradativamente ainda ao longo do período de adaptação até a criança se sentir segura em permanecer em período integral.*
- **Infantil II parcial:** de 19/02 a 27/02
- **Infantil III, IV e V (parcial ou integral):** de 19/02 a 23/02
  - *Fica a critério das equipes Escolares avaliarem se há a necessidade de estender o período de redução de horário para o Infantil III até o dia 27/02.*
  - *Nas escolas do Programa Educar Mais é importante que a organização dos horários e das atividades oportunize a construção de vínculos com as equipes dos dois períodos.*

*\*Semi*

Escolas com atendimento em tempo integral (Semi / Educar Mais) devem avaliar a necessidade de organização de horários com acréscimos paulatinos a partir do olhar de observação para cada criança. Em casos onde as crianças precisarem deste ajuste, é importante que a equipe Escolar mantenha conversas com as famílias para que acompanhem o processo e o compreendam. O atendimento nas turmas de Semi se iniciará em 05/03.

### ***b) Ensino Fundamental***

As crianças do Ensino Fundamental, embora já tenham um maior percurso de experiência Escolar, passam pelo mesmo processo de adaptação a um novo espaço, novos colegas, novos adultos e novas expectativas das famílias.

Desta forma, uma reunião planejada especialmente para este ano/ciclo realizada com os responsáveis pelos educandos ingressantes no 1º ano do ciclo inicial é absolutamente recomendável e também indicamos o período de 19 a 21/02 com horários diferenciados para que possam iniciar o ano letivo com mais tranquilidade.

Para o período de adaptação dos alunos ingressantes no 1º ano das escolas do Programa Educar Mais, é importante que a organização dos horários e das atividades oportunize a construção de vínculos com as equipes dos dois períodos.

O primeiro dia de aula e os subsequentes, podem se caracterizar como momentos de apresentação da escola, dos espaços em que darão as atividades no decorrer do ano, dos funcionários da escola e de algumas atividades que retornarão ao cotidiano Escolar de maneira mais aprofundada.

Importante lembrar que as crianças, sobretudo as dos anos iniciais do Ensino Fundamental, têm a ludicidade como característica do desenvolvimento cognitivo, bem como o brincar como forma de acesso à cultura. Isso não quer dizer que os primeiros dias de aula devem conter brincadeiras e jogos, mas que eles devem estar presentes em todos os anos ciclos desde os primeiros dias e constarem dos planejamentos de todos os trimestres.

### ***c) Educação de Jovens e Adultos***

Embora tenhamos em nosso imaginário que os adultos se adaptam mais tranquilamente às novas experiências, o ingresso dos alunos na EJA também deve ser objeto de reflexão.

Em muitos casos, o adulto que retorna à escola carrega expectativas e, por vezes, lembranças de experiências Escolares não muito bem sucedidas. Pode trazer ainda, uma visão de escola que pode estar arraigada em uma concepção que não mais corresponde à atual, o que carece de diálogo, esclarecimentos e vivências.

Tratar dos primeiros contatos com os alunos adultos na perspectiva da escuta e da acolhida, ouvindo suas experiências e expectativas, tranquilizando-os e revelando de forma geral o trabalho que será desenvolvido, é uma atividade bem importante, que também podemos caracterizar como “período de adaptação”.

Apresentar os espaços Escolares e os funcionários também se constitui momento importante de acolhida e de inserção do adulto nesse novo ambiente.

### 7.1.3 Reuniões

Entendemos as reuniões que ocorrem no contexto Escolar como importantes momentos formativos, propícias para o estabelecimento de vínculos, construção do espírito de coletividade, discussão e apropriação da proposta pedagógica da unidade Escolar, delineamento das diretrizes e ações de cada unidade Escolar. Entendidas dessa forma, elas precisam primar pelo seu planejamento e execução, cuidando sempre da organização, dos espaços, recursos, registros, disposição e das pessoas envolvidas.

Cada reunião assume, de acordo com público para a qual se destina, tempos e conteúdos diferenciados, no entanto, nenhuma delas excetua as premissas que expressamos acima.

Assim, apresentaremos a seguir, de forma mais detida, essas peculiaridades e a forma como elas devem buscar se relacionar com todo o contexto Escolar.

#### *a) Reunião Pedagógica*

As reuniões pedagógicas cada vez mais têm assumido o lugar de momentos formativos privilegiados para todos os profissionais das Unidades Escolares e comunidade.

No decorrer da história, vimos a prática da realização das reuniões pedagógicas avançarem no sentido de promover a discussão efetiva dos projetos políticos-pedagógicos. Inicialmente instituída para possibilitar a presença apenas de Professores, esses momentos tem se confirmado cada vez mais na perspectiva de reafirmar um coletivo Escolar formado por profissionais de diferentes segmentos e comunidade, diferentes saberes e diferentes experiências.

Ainda que se constitua como desafio a participação efetiva desses profissionais e comunidade, temos observado algumas práticas exitosas que incluem a discussão de aspectos da proposta pedagógica com a inclusão de famílias e alunos. No caso da EJA, entendemos que a participação dos alunos pode ser viabilizada.

Importante, no entanto, considerar que a participação não se dá com a presença apenas, mas com a possibilidade de constituição de diálogo em torno de temas específicos de interesse comum. Daí a necessidade de a equipe propor pautas a partir de uma observação apurada do contexto, bem como da análise das expectativas, anseios e interesses coletivos.

Nessa perspectiva não se pode desconsiderar que o exercício de ampla participação dos segmentos nas tomadas de decisão é um tanto recente, e passível de resistências que minimizam partir da significação e da tomada de consciência de que é direito de cada um opinar, colocar seu ponto de vista, oferecer sua contribuição<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Para aprofundar a discussão ver: MACHADO, Nilson José. A maioria sempre tem razão. Ou não. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000300020](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300020) Acesso em Out 2017.

Nesse exercício apresentam-se aspirações e entendimentos pessoais e profissionais diversos que precisam ser acolhidos e, por vezes direcionados para a consciência do bem comum. A finalidade da educação deve, nesse sentido, ser sempre o foco das propostas de discussão, bem como o perfil dos profissionais e a constituição do sujeito.

Vimos ao longo dos anos, a prática da reunião pedagógica ser realizada nas próprias Unidades Escolares, mas também propostas de contato com a cultura, visitas a espaços de exposição como forma de ampliação do universo cultural. Indicamos, assim, a observância da relação dessas propostas com o PPP da unidade Escolar.

Temos observado também, que algumas equipes Escolares se propõem à maior compreensão e apropriação do entorno da unidade Escolar, entendendo a necessidade de discussão pautada na ideia de território, em que as pautas propostas atendem a um interesse de diferentes escolas ou ainda de diferentes equipamentos públicos localizados na vizinhança. Assim, por exemplo, a caracterização da comunidade constante no PPP é discutida com um grupo ampliado.

Outra ação observada é a de trocas de experiências de escolas de diferentes etapas de ensino, a fim de que cada equipe possa refletir sobre as suas intenções pensando na perspectiva de trabalho em aprofundamento e continuidade.

Para o ano de 2018, são indicadas algumas datas fixas de reunião pedagógica. É importante então, que a equipe Escolar esteja atenta a elas, e que proponha outras datas, conforme a etapa de ensino que a escola atende. Ao final deste documento há um cronograma para que a escola possa se nortear ao elaborar o seu calendário letivo.

#### ***b) Reunião com famílias/responsáveis***

O processo de redemocratização do ensino requer uma nova forma de pensar e agir em educação e, coloca escola e família em outro patamar. A escola, não mais como única detentora de todo saber, e a família não mais como receptora passiva de informações. Essas instituições, numa concepção mais atual, se caracterizam como complementares na educação de crianças e jovens, ainda que cada qual com suas especificidades.

Como podemos observar no texto do Parecer CNE/CEB 20/2009,

O trabalho com as famílias requer que as equipes de educadores as compreendam como parcerias, reconhecendo-as como criadoras de diferentes ambientes e papéis para seus membros, que estão em constante processo de modificação de seus saberes, fazeres e valores em relação a uma série de pontos, dentre eles o cuidado e a educação dos filhos (CNE/CEB, 2009, p. 92).

No âmbito mais ampliado de organização e funcionamento das instituições de ensino, a participação das famílias é incentivada como mecanismo e estratégia para implementação da gestão democrática nas tomadas de decisão e na elaboração do PPP.

A participação dos pais junto com os Professores e demais profissionais da educação nos conselhos Escolares, no acompanhamento de projetos didáticos e nas atividades promovidas pela instituição possibilita agregar experiências (CNE/CEB 2009, p. 92).

Dessa maneira, admite-se a participação das famílias nos processos de ensino e aprendizagem, sendo a escola responsável por comunicar e elaborar conjuntamente, desde os projetos que são desenvolvidos junto às crianças e jovens, até o resultado de suas aprendizagens diante do que é proposto.

Essas formas de participação e integração entre família e escolas<sup>5</sup> são potencializadas de diferentes maneiras. Os calendários Escolares têm historicamente, privilegiado os momentos de reunião com famílias/responsáveis para potencializar essa participação, dar a conhecer as propostas de trabalho, possibilitar o acompanhamento e, dessa maneira, estabelecer vínculos.

Nessa perspectiva, o planejamento dessas reuniões requer muita atenção. Também no percurso histórico, vimos reuniões com famílias/responsáveis com ausência de discussão, pautadas em informes que não tinham a ver com os processos educativos, mas questões ligadas a cuidado, higiene, fazendo da escola o lugar em que a rotina privada da família se colocava muitas vezes em foco.

Outro foco também visto se convergia para pautas de “reclamações e queixas” sobre aspectos comportamentais dos alunos. Essas práticas acabavam por distanciar as famílias/responsáveis do ambiente Escolar.

É possível na atualidade observar práticas nas quais os alunos assumem protagonismo se responsabilizando por socializar os seus processos de aprendizagem com os pais, e outras pautas que propõem a discussão de assuntos elencados pelos responsáveis como importantes para figurarem nas reuniões.

As aprendizagens das crianças e jovens/adultos são sistematizadas por meio de relatórios que também se tornam objeto de discussão nas reuniões. Por meio desses instrumentos é possível a educadores e famílias/responsáveis estabelecerem um diálogo a partir de dúvidas e descobertas, firmarem compromissos, estreitarem os vínculos.

A primeira reunião com famílias do ano de 2018 deve ser realizada no dia 03/02 para as seguintes etapas de ensino: creche, pré-escola e Ensino Fundamental.

Para a EJA, devido a sua especificidade, a primeira reunião do semestre deverá acontecer para os alunos e responsáveis pelos alunos menores de idade entre os dias 21 e 22 de fevereiro, tendo o período de 1 hora dentro do horário de aula para tal. As reuniões com os responsáveis pelos alunos menores de idade e alunos tem a finalidade de que todos tenham

---

<sup>5</sup> Para problematizar e saber mais leia publicação: CASTRO, Jane Margareth e RAGATTIERI, Marilza. **Interação escola-família: subsídios para práticas Escolares**. Brasília: UNESCO, MEC, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=4807-escola-familia-final&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4807-escola-familia-final&Itemid=30192). Acesso: Nov. 2017.

informações gerais do início de semestre, possam tirar dúvidas, conhecer o ambiente Escolar, fazer colocações que acrescentem ao PPP da Unidade Escolar e estabelecer combinados. As demais reuniões devem ocorrer ao final de cada semestre dentro dos seguintes períodos:

- 1º semestre entre 02 e 05/07 e
- 2º semestre entre 10 a 13/12.

Todas com as finalidades citadas acima bem como, para que os alunos e responsáveis tomem ciência do rendimento Escolar.

Para a Educação Infantil e Ensino Fundamental será necessário inserir no calendário, além da reunião de fevereiro, mais três reuniões. As Creches devem aglutinar em um único dia as Reuniões Pedagógicas e Reuniões com Pais. As reuniões do Ensino Fundamental serão definidas pelas Unidades Escolares dentro dos seguintes períodos:

- 1º trimestre entre 08 a 14/05
- 2º trimestre entre 11 a 17/09 e
- 3º trimestre de 10 a 12/12.

Ressaltamos a necessidade de que a última reunião seja realizada em tempo hábil para comunicar os alunos/responsáveis os resultados e a escola tenha prazo suficiente para o atendimento legal de casos de reconsideração e recursos, conforme o que se encontra expresso na Deliberação CME 01/2017. Assim, indicamos que ela seja realizada observando o prazo máximo.

Para a realização de todas as reuniões com famílias (exceto Creches) será necessário observar a configuração dos dias letivos. Dessa maneira elas devem ser realizadas em ½ período de aula, ou como observamos em algumas práticas, que sejam realizadas com tempo estendido, com a participação dos alunos. No Programa Educar Mais o ideal seria contar com a presença de todos os Professores que atuam com a turma no momento da reunião. Caso isso não seja possível, a reunião pode ser realizada em um dos períodos conduzida por um dos Professores da turma que irá apresentar o trabalho desenvolvido. Isso exige que o Professor que irá conduzir a reunião conheça com propriedade o trabalho dos demais, e que, portanto, tenha tido espaço para planejamento da pauta com seus pares. Para contribuir na organização dos horários pela escola, apresentamos uma sugestão:

Das 8h às 10h30 – reunião com familiares/responsáveis

Das 10h30 às 14h30 – período letivo

Das 14h30 às 17h - plantão de atendimento aos familiares / responsáveis

Neste caso, seria interessante um revezamento dos períodos para a realização das reuniões/plantões de atendimento durante os trimestres.

### c) *Conselhos de Ano/Ciclo*<sup>6</sup>

Como podemos encontrar descrito no Documento “*Avaliação Conselho de ano/ciclo – portfólio*” produzido pela equipe de Orientadores pedagógicos no ano de 2011,

O Conselho de ano /ciclo constitui-se em um espaço de discussão coletiva em que se avalia o processo de ensino e aprendizagem em um período determinado à luz do Projeto Político Pedagógico (PPP).  
[...] Tem como função promover a discussão e a avaliação do trabalho realizado pela escola e o rendimento Escolar dos alunos, fundamentando-se no princípio de avaliação contínua e formativa, promovendo a reflexão da qualidade de ensino e indicação dos encaminhamentos pedagógicos necessários (SE, 2011, p.3).

Ainda que se conste no calendário Escolar uma data específica para a realização do Conselho de Ano Ciclo, o seu acontecimento, dada a complexidade e importância que assume, tem início muito antes da sua data determinada. Temos visto nas práticas das escolas do Ensino Fundamental e EJA aumentando a frequência da realização do “pré-conselho” numa clara busca por qualificar as discussões sobre o ensino e a aprendizagem, uma vez que, conforme observamos na citação acima, ambos são objetos de reflexão nesses momentos.

Vimos crescente ainda, o desafio de compor o coletivo em torno de discussões não apenas acerca de um aluno em especial, mas, mais abrangentes, de compreensão dos contextos e de proposição da qualificação das práticas de ensino.

A composição do Conselho tem adquirido maior qualidade ainda, com a inserção de diferentes pontos de vista sobre os mesmos alunos, em diferentes propostas de atividades e interações. Entendido o aluno como um sujeito global, não é possível descartar a presença dos profissionais que atuam diretamente com ele: Professores de diferentes áreas (Educação Física, Artes, Educação Especial) e profissionais de apoio (auxiliares e estagiários). Essa composição propõe o desafio de analisar a atuação do aluno e também dos profissionais que atuam com ele, permite a discussão coletiva sobre a troca de estratégias de trabalho, portanto, uma análise mais completa e uma articulação entre todos na unidade Escolar.

Retomamos que as reuniões de Conselhos de Ano/Ciclo não devem ser agendadas às quintas-feiras, visto que esse dia será dedicado a convocações por parte da SE a membro(s) da Equipe Gestora.

A forma como o Conselho de Ano/Ciclo tem se configurado encontra amparo e orientações no documento **Avaliação Conselho de ano/ciclo – portfólio**, do ano de 2011. Recomendamos às equipes Escolares a sua retomada (ainda que se encontre em fase de reformulação pela SE), no que diz respeito à constituição de portfólios, de relatórios de aprendizagem, e toda a documentação que deve subsidiar as discussões.

---

<sup>6</sup> Para problematizar e saber mais consulte: RODRIGUES, Isabel Cristina. **Os ciclos e os conselhos de classe: o êxito e o fracasso Escolar (ainda) em questão**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-26012011-133059/en.php>



Do ponto de vista da organização temporal, as datas para realização dos Conselhos precisam observar o indicativo do calendário geral da SE. No entanto, devido à diversidade das Unidades Escolares, cada equipe deve verificar a necessidade de ampliação ou redução do período para contemplar todas as turmas estipuladas e discutidas no contexto Escolar.

Em 2018 para as escolas de Ensino Fundamental os três Conselhos deverão ser dias letivos realizando-se em meio período de aula, dentro dos seguintes períodos:

- 1º trimestre entre 23/04 a 04/05,
- 2º trimestre entre 27/08 a 06/09 e
- 3º trimestre entre 26/11 a 06/12

As escolas que fazem parte do Programa Educar Mais deverão se organizar para que nos dias de Conselho de Ano/ciclo tenham o período de aula compreendido das 11h às 14h.

As turmas de EJA devem organizar seus Conselhos de maneira que todos sejam letivos, nos meses de abril, junho, agosto e dezembro, dentro dos seguintes períodos: 1º semestre entre 23 a 27/04 e 25 a 29/06, 2º semestre entre 27 a 31/08 e 04 a 07/12. Conselhos de ano/ciclo que envolvem os jovens e adultos possibilitando que esse dia seja letivo e é uma ação que será discutida posteriormente de modo mais aprofundado com esse segmento.

#### ***d) Reuniões de Conselhos de Escola<sup>7</sup> e APM***

Ainda que Conselho de Escola e Associação de Pais e Mestres se constituam como órgãos colegiados com funções distintas. Em nossa rede de ensino está instituída - devido a diversos fatores - a prática de realização de reuniões com seus membros de forma conjunta, cuidando-se, no entanto que as documentações sejam detalhadas e ocupem cada qual a sua especificidade, por exemplo, registros em atas distintas.

É um desafio que já foi aqui abordado, a instituição da prática participativa, característica primordial para a efetivação de processos democráticos.

Na dinâmica instalada na sociedade, em que as famílias dispõem de tempos restritos para ocupar-se de tarefas que não sejam as estritas ao mundo do trabalho, a participação na vida Escolar dos filhos e na dinâmica de funcionamento e organização das escolas, se tornam por vezes, escassos. Assim, ocorre às equipes Escolares planejarem formas de sensibilização dos familiares e responsáveis pelos alunos para efetivação dessa participação.

---

<sup>7</sup> O Ministério da Educação lançou, no ano de 2004, o material de apoio à formação, relacionado ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, que se encontra disponível em meio eletrônico. Cada um dos vários cadernos coloca foco em um tema, como por exemplo: gestão democrática, aprendizagem na escola, respeito e valorização da cultura do estudante e da comunidade... O primeiro caderno está disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce\\_cad1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf).

Temos observado algumas práticas exitosas que superam a visão de que a participação de pais no contexto Escolar se restrinja ao auxílio em eventos e acompanhamento a estudos de meio, o que em tempos anteriores era bastante difundido.

Quando analisadas, essas práticas renovadas remetem-nos a constatar que a participação efetiva se dá por meio da implementação de um conjunto de ações que vão desde a potencialização de reuniões com pais com pautas formativas e socialização dos projetos realizados pela unidade Escolar, o atendimento respeitoso dispensado às famílias desde a sua chegada na escola, a postura acolhedora dos profissionais, as falas sobre a importância da gestão compartilhada, a realização de pesquisas de interesse com sugestões de pautas e horários, até a alteração de dias e horários de realização das reuniões para adequação as necessidades das famílias.

### *e ) HTPC e HTP*

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar estatuto ao saber da experiência.

António Nóvoa

Os momentos formativos denominados de HTPC e HTP, assim como as HTPL são regulamentados em nosso Município, pela lei do Estatuto do magistério e pela resolução específica e variam, em carga horária de acordo com a jornada de cada Professor.

Vale lembrar, no entanto, que a introdução do HTPC como jornada de trabalho, atende a uma luta por melhores condições de trabalho, que foi empunhada pelos Professores tanto de nossa rede como de outros municípios de diversos estados brasileiros.

A forma atual de organização dos horários formativos atende o que está expresso no Plano Nacional e na Lei Federal nº 11.738/08 que prevê a realização de 1/3 da jornada de trabalho do Professor ao estudo, planejamento, pesquisa.

Importa nesse contexto de conquistas que os momentos formativos sejam qualificados por meio de um plano de formação que congrege as necessidades e interesses de discussão coletiva.

Mesmo que tenha a forma instituída de HTPC a distância, por intermédio das ferramentas tecnológicas disponíveis, não se deve perder esse foco. Pelo contrário, os ambientes virtuais permitem discussões em fórum, debates, etc.

Em 2017 essa possibilidade formativa ocorreu em caráter experimental em 92 escolas que aderiram ao projeto, o que nos deu subsídios para qualificarmos e ampliarmos a nossa proposta.

Em 2018 o HTPC a distância será regulamentado em resolução a ser publicada, considerando-se as avaliações das escolas que realizaram essa ação e a intenção de adesão de outras tantas, bem como as discussões e estudos do GETF constituído por orientadoras pedagógicas e coordenado pela SE.

#### ***f) Reuniões da Equipe gestora***

É fundamental a organização interna da equipe gestora a fim de, periodicamente, promover reuniões com o objetivo de levantar questões e ocorrências, discutir, avaliar, elaborar ações formativas e direcionar de forma específica e organizada encaminhamentos visando sempre o melhor desenvolvimento dos educandos e da equipe Escolar.

É importante organizar o quadro de horários da equipe gestora pensando que às quintas feiras será especificamente direcionada a possíveis convocações de membros da equipe (um ou mais), visto que, é necessária participação deste do início ao fim das reuniões/formações.

#### **7.1.4 Sábados a serem trabalhados**

Todos os anos encaramos a tarefa de organizar os sábados letivos e não letivos. Eles surgem no contexto de nossa rede de ensino há alguns anos e, como forma de refletir sobre esse importante momento, cremos ser interessante pontuar as duas características que ele assume. Lembramos, no entanto, que essas características são o desafio que se tem a enfrentar, uma vez que uma não pode se sobrepor à outra, ainda que tenham diferentes funções.

A característica se dá em virtude de ser o momento instituído no calendário Escolar para suprir uma necessidade administrativa e compõe quantidade de dias letivos. Eles surgem como momentos de compensação de horário e, assim, carecem ser organizados de maneira tal que todos os funcionários cumpram suas jornadas de trabalho.

O sábado letivo surge também como importante momento pedagógico no qual as famílias e comunidade têm a oportunidade de estreitarem os laços com a equipe Escolar, conhecer o trabalho que é desenvolvido na escola.

Nas experiências que temos tomado contato vimos diferentes atividades sendo realizadas que cumprem esse propósito. Dessa maneira, temos visto mostras de trabalhos realizados cotidianamente por meio de projetos, a proposta de vivências da rotina Escolar, a realização de oficinas voltadas para temas específicos de trabalho junto às crianças, jovens e adultos.

No entanto, temos também a necessidade de apontar algumas problemáticas surgidas em torno desse dia, em que foram privilegiadas a necessidade do cumprimento da carga horária em

detrimento, por vezes, da oportunidade de se resgatar junto às famílias a importância do trabalho Escolar e o empenho com que cotidianamente os profissionais tem desempenhado a sua função.

Assim, propostas de atividades aligeiradas com a participação de tempo reduzido da comunidade, contratação de empresas para realizar as atividades como teatro, como única proposta, e outras atividades ou passeios que não têm estreita relação com o PPP acabam por minimizar a relevância do trabalho educacional que é realizado no dia-a-dia das escolas.

Encontramos no livro *Documentação pedagógica: teoria e prática* (2017) uma afirmação que julgamos ser pertinente - ainda que citando a Educação Infantil - não só no que diz respeito ao registro das ações da escola - como é, aliás, a intenção das autoras - mas porque pode se estender a todas as etapas e modalidades de ensino. O trecho que destacamos tem subjacente o que entendemos ser a função da escola. Nesse livro as autoras afirmam que:

Para que uma sociedade compreenda a importância de uma escola de Educação Infantil, a complexidade do seu funcionamento, as suas especificidades curriculares, didáticas, ambientais é preciso que ela seja conhecida por todos (MELLO et al, 2017, p. 9).

Diante disso, reafirmamos a possibilidade de se tomar esse momento como privilegiado para valorizar as nossas práticas diárias e dar-se a conhecer para a comunidade naquilo que é também o motivo da existência da escola: promover aprendizagens significativas.

Para o ano de 2018, estão previstas 5 compensações para professores e 4 para equipes de gestão, sendo 3 em sábados e 2 em minutos para professores e para equipes de gestão 3 em sábados e 1 em minutos. O primeiro sábado para realização de reunião com famílias/responsáveis em 03 de fevereiro, para a programação de atividades que promovam a interlocução com a comunidade em data a ser definida por cada unidade Escolar e o terceiro no dia 21/07 letivo apenas com alunos.

Observamos que no dia 03 de fevereiro para a EJA e Creche este sábado não será letivo, visto que para a EJA será destinado à reunião pedagógica e para as Creches reunião com as famílias/responsáveis.

As propostas de atividades dos sábados letivos deverão ser realizadas de acordo com o PPP da unidade Escolar. Para discussão das atividades que serão realizadas nesses dias é importante privilegiar o acompanhamento do orientador pedagógico e a participação do Conselho de Escola, pois é atribuição de ambos a aprovação do que será proposto.

Lembramos a necessidade de, após aprovado o calendário, a Unidade escolar deverá comunicar setores de transporte e alimentação Escolar para que eles se organizem de forma a evitar prejuízos – ao contexto Escolar e à própria SE - e atender em tempo hábil as solicitações. A comunicação deverá ocorrer com um mês de antecedência.

### 7.1.5 Datas comemorativas, festas e eventos

Todos os anos lidamos com questionamentos sobre quais datas comemorativas, festas e eventos devem figurar nas práticas pedagógicas. Desde muito tempo, temos produzido documentos com o intuito de alertar as equipes Escolares sobre a necessidade de colocar em pauta algumas reflexões que tomem como pressuposto o fato de que as culturas, tradições que foram constituídas em nossa sociedade, se configurarem como objeto de conhecimento e estudo.

Alertamos ainda, sobre o fato de as ações da escola serem pautadas nos princípios legais, dentre eles, o da laicidade, da gratuidade e atendimento à diversidade, preconizados desde a Constituição Federal de 1988.

Em consonância com os preceitos legais, temos ainda estudos que nos atualizam as concepções e revelam a necessidade de abandonar antigas práticas, que não contribuam com a aprendizagem dos alunos.

Quando afirmamos, no entanto, sobre o “abandono de antigas práticas” não estamos deixando de lado a necessidade de abordagem dos conteúdos, mas a crítica se dá, à forma como são abordados, sem valorizar os contextos em que esses dias/ momentos são instituídos na rotina Escolar, sem ainda, uma reflexão crítica sobre o sentido real para as famílias, crianças e jovens.

Muitas das atividades propostas eram realizadas como forma de estabelecer estereótipos, ideias de família, e reafirmar símbolos/personagens que se distanciam de um propósito real e se aproximam do consumo.

Temos, no contexto atual, outra preocupação que deriva da adoção de determinadas práticas e da importação de culturas. Num mundo globalizado, como o que vivemos, nada menos incomum. No entanto, devemos nos colocar em reflexão constante sobre o sentido que adquirem no espaço Escolar certas iniciativas de comemoração e festas.

A Resolução nº5 do Conselho Nacional de Educação, que fixa as *Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil* (2009), nos remete a essa dupla possibilidade: de ampliação do universo cultural, mas de atenção às suas formas de abordagem. Ainda que a Resolução se refira à Educação Infantil, sua indicação é tomada por permitir a extensão a outras etapas/modalidades de ensino:

Art. 8º A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (CNE/CEB, 2009).

E, no artigo sétimo verificamos ainda, sobre a proposta pedagógica, o indicativo:

V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa (CNE/CEB, Art. 7º, 2009).

Para auxiliar na discussão, retomamos do documento *Orientações para as Equipes Escolares*, do ano de 2011, algumas questões que tinham como objetivo provocar a reflexão sobre a forma como cada equipe propõe as comemorações no seu plano de ação, entendendo sua contribuição para a discussão atual:

- ⇒ Como trabalhar a cultura, a história, as tradições em consonância com os princípios apregoados desde a Constituição Federal e expressos na Proposta Curricular da Rede de Ensino (gratuidade, laicidade, atendimento à diversidade etc.)?
- ⇒ Como considerar os diferentes contextos, valores, costumes, hábitos, práticas sociais sem submeter-se a força do consumo, as caricaturas sociais, a um ideário de família?
- ⇒ Como garantir o entendimento e participação das famílias e comunidades nas propostas organizadas pela escola?
- ⇒ Como envolver os alunos na construção de aprendizagens acerca da cultura, história, ciência social, meio ambiente, artes, de forma crítica?
- ⇒ Quais conhecimentos nós dispomos para realizar uma discussão significativa que resulte de fato em aprendizagens e práticas não reprodutoras?
- ⇒ Quais apoios e recursos utilizaremos para a realização da festa e/ ou evento que estejam presentes e disponíveis na própria escola e na comunidade como forma de valorizá-las?
- ⇒ Quais novos conhecimentos poderemos produzir para além desses que a comunidade já possui, contribuindo dessa forma para ampliação do universo cultural? (SE, 2010. p. 12).

Caso a escola deseje realizar atividades, festas ou eventos em que por ventura surjam dúvidas, esta deverá consultar a SE para orientações.

Ressaltamos, à luz dessas questões, a necessidade de análise atenta e criteriosa sobre todas as ações no que se refere à gratuidade da escola pública, o que vem sendo objeto de nossa observação. Algumas equipes no afã de atender a questionamentos das famílias/responsáveis têm instituído práticas como a realização de fotos e eventos que envolvem pagamento. Relembramos, nesse contexto, que nenhuma solicitação, mesmo que tenha sido feita de comum acordo, que envolva materiais, objetos específicos que demandam custo por parte das famílias, deve ser realizada, pois entendemos ferir o princípio da gratuidade<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> As práticas pedagógicas que demandam material específico, inclusive de gêneros alimentícios, devem estar discriminadas no PPP da unidade Escolar e devidamente justificadas, podem ser solicitadas aos setores da SE.

Caso a escola deseje realizar atividades, festas ou eventos em que por ventura surjam dúvidas, esta deverá consultar a SE para orientações.

Concernentes ainda a busca de sentidos, aos indicativos expressos nos PPP e, portanto aos princípios e propósitos da Educação, colocamos como ponto de atenção as escolhas realizadas para os Estudos de Meio.

Numa rede de ensino em que são atendidos desde bebês a idosos, pessoas com deficiências, é preciso atenção às peculiaridades desses alunos. Assim, não é dispensável que as escolhas se pautem em experiência prévia e visitas da equipe gestora/Escolar a esses locais para verificarem questões de acessibilidade, dificuldades de trajeto escola/local, adequação da proposta aos projetos desenvolvidos na unidade Escolar, adequabilidade e dimensões espaciais, inclusive para refeições e trocas de fraldas, por exemplo.

Assim, é preciso, por exemplo, que haja cuidado minucioso com propostas de ida de crianças pequenas a locais situados em municípios distantes e outros espaços que, além de não possuírem locais adequados para a guarda de alimentos e procedimentos de higienização pressupõem longos trajetos (tanto de transporte, como de percursos a pé).

Da mesma maneira, a questão da adesão a propostas de estudos do meio que geram custos maiores, tanto de transporte como de ingresso a localidades que tem por objetivos ampliação do conhecimento, orientamos que as escolhas sejam feitas de forma consciente. Lembramos que em nosso município temos espaços com possibilidade de atendimento aos mesmos propósitos de cultura e lazer, por exemplo, que não demandariam tanto investimento financeiro.

Reafirmamos com essas indicações, a necessidade de discussão coletiva na busca de sentido de as propostas de comemorações e eventos estarem coerentes com a finalidade do ensino, os aspectos legais que sustentam os PPP e as concepções de criança, escola, aluno, pedagógicas que reafirmam crianças, jovens e adultos como sujeitos de direitos e protagonistas das ações.

### **Atividades de encerramento da EJA**

Destacamos a importância de refletir acerca do uso do termo “Formatura da EJA” utilizando ao invés desse o termo “Atividade de encerramento-EJA” no calendário Escolar e demais documentos. Essa reflexão é importante para atribuímos um caráter de culminância de um ciclo de aprendizagens, bem como oportunizar que participem desse momento não somente os alunos que encerram o ciclo, mas a todos os alunos. Ainda tendo a oportunidade em socializar trabalhos entre eles e demais Unidades Escolares.

### 7.1.6 Sistematizando o calendário Escolar 2018

No decorrer de todo o tópico 7, indicamos necessidades de reflexão e retomamos formas de organização da escola que demandam discussão por parte do coletivo Escolar retomando legislações, concepções e indicando os tempos que cada ação ocupa na dinâmica Escolar.

Neste item que aqui apresentamos, sintetizaremos as ações delineadas no Plano de Ação da SE para os próximos anos, destacando o que está posto no Calendário 2018. Nessa síntese, retomaremos algumas datas que já foram citadas no corpo do texto, sem com isso dispensar a leitura atenta das orientações expressas em cada um dos tópicos deste *Documento Orientador*.

<i>Etapa/ Modalidade de Ensino</i>	<i>Ação/ período</i>	<i>Datas</i>
<b>Todas</b>	Início das aulas	19/02
	Término das aulas	21/12
	Reunião inicial com responsáveis	03/02- Dia letivo para Ed. Infantil (exceto Creche) e Fundamental
	Início do Atendimento Educacional Especializado	05/03
	Seminário Municipal de Educação	09/11
	Recesso Escolar	10 a 18 de julho 24 a 31 de dezembro
	Eleição de Conselho de Escola	Até 45 dias após o início do ano letivo
	Data de entrega de calendário para homologação	12/03
	Compensações	03/02 26/05 (a escolha da U.E.) 21/07
	Reuniões Pedagógicas	01 e 02/02 16/03 (meio período) 05 e 26/10 03/12 e 21/12 ( meio período)
<b>EJA</b>	Início das aulas	19/12
	1º semestre	19/12 a 23/07
	2º semestre	24/07 a 21/12
	Primeira reunião com alunos /responsáveis	21 ou 22/02
	Conselho de Ano Ciclo	23/04 e 25/06 27/08 e 07/12
	Atividade de Encerramento - EJA	06/07 14/12



	Atividade formativa externa	09/03/2018
<b>Ensino Fundamental</b>	1º trimestre	03/02 a 27/04
	2º trimestre	02/05 a 31/08
	3º trimestre	03/09 a 21/12
	Conselho de Ano/Ciclo	1º trimestre: 23/04 a 04/05 2º trimestre: 27/08 a 06/09 3º trimestre: 26/11 a 06/12
	1º Reunião com famílias/responsáveis	03/02
<b>Educação Infantil</b>	1º Reunião com famílias/responsáveis	03/02
	Início das aulas do semi-integral	05/03
	Reuniões Pedagógicas	01 e 02/02; 16/03; 05 e 26/10; 03 e 21/12 <i>*Nas Creches deve-se planejar uma organização na qual a Reunião com Pais acontece no mesmo dia da Reunião Pedagógica.</i>

### **Copa do Mundo e Desfile Cívico**

- Serão enviadas orientações posteriores , pois algumas ações dependem de decretos oficiais do Município.

### **Eleições**

Algumas escolas se configuram como Zonas eleitorais. Essas unidades devem estar atentas às orientações que receberão diretamente dos Cartórios Eleitorais e seguir rigorosamente as orientações por eles emanadas.

As reuniões pedagógicas dos meses de outubro e novembro tem objetivo contemplar as possíveis determinações que solicitam que as escolas sejam desocupadas para organização das eleições no primeiro e segundo turno.

### **Informações complementares:**

A escola deverá realizar uma discussão com toda a equipe Escolar, comunidade e Conselho de Escola, objetivando definir as datas das atividades a serem realizadas, que complementam o calendário Escolar.

As Orientadoras Pedagógicas acompanharão esse processo e farão análise do referido calendário. Após essa análise a escola deverá encaminhar 2 (duas) vias impressas para homologação com as devidas assinaturas às chefias respectivas até o dia 12/03.

Após a homologação do calendário Escolar, toda e qualquer alteração que se fizer necessária deverá ser encaminhada a OP referência com justificativa para análise, a qual encaminhará à chefia para emissão do parecer.

Após a autorização da alteração de datas pela chefia, torna-se responsabilidade da equipe gestora da escola a comunicação imediata aos setores de Transporte e Alimentação Escolar para que sejam realizadas as providências necessárias.

### **7.1.7 Outras ações de fomento ao ensino**

A Divisão de Incremento ao ensino mantém ações permanentes que visam qualificar os projetos pedagógicos das Unidades Escolares. Destacamos a importância da unidade Escolar ter um olhar às orientações de cada Programa desta Divisão que poderão enriquecer seus projetos didáticos com atividades culturais e pedagógicas, palestras, encontros formativos em HTPC ou Reuniões Pedagógicas com os mais diversos temas e atividades.

### **Referências**

- ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- FARIA, Vitória Lima de Barreto e DIAS, Fátima Regina Teixeira de Salles. **Currículo na Educação Infantil: Diálogo com demais elementos da Proposta Pedagógica**. São Paulo, Scipione, 2001. (coleção Percursos).
- CNE/CEB. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. UF: Distrito Federal: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica.
- MELLO, Suely Amaral; BARBOSA, Maria Carmen Silveira; FARIA, Ama Lúcia Goulart de. (Orgs). **Documentação Pedagógica: teoria e prática**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.
- SE. **Documento Orientador - 2017**. São Bernardo do Campo: Secretaria de Educação, 2017.
- SE. **Documento Orientador 2** – Orientações gerais para discussão do PPP 2017. São Bernardo do Campo: Secretaria de Educação, 2017.
- SE. **Avaliação Conselho de ano/ciclo – portfólio**. São Bernardo do Campo: Secretaria de Educação, 2011.
- SE. **Orientações para equipes Escolares 2011** – versão preliminar. São Bernardo do Campo: Secretaria de Educação, 2010.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em Jan. 2016
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em Jan. 2016

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro De 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em Jun. 2016

SEC. **Regimento Escolar Único para as escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental**. São Bernardo do Campo: Secretaria de Educação e Cultura, 2003.

CNE/CEB. **Parecer 07/2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. UF: Distrito Federal: Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica.

CNE/CEB. **Parecer 11/2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. UF: Distrito Federal: Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica.

CNE/CEB. **Parecer 20/2009**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. UF: Distrito Federal: Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica.

SEC. **Proposta Curricular**. Educação Infantil. Volume II. Caderno 2. São Bernardo do Campo: Secretaria de Educação e Cultura, 2007.

NÓVOA, Antônio (Coord.). **Os Professores e a sua formação**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PERRELLA, Cileda dos Santos Sant'Anna. **Conselheiros e conselheiras de escola em formação: aprendendo e ensinando participação**. Curitiba: Appris, 2015

**Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – Volume 2**. Formação Pessoal e Social. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il.

MACHADO, Nilson José. A maioria sempre tem razão. Ou não. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000300020](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300020) Acesso em Out 2017.

CASTRO, Jane Margareth e RAGATTIERI, Marilza. **Interação escola-família: subsídios para práticas Escolares**. Brasília: UNESCO, MEC, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=4807-escola-familia-final&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4807-escola-familia-final&Itemid=30192). Acesso: Nov. 2017.

RODRIGUES, Isabel Cristina. **Os ciclos e os conselhos de classe: o êxito e o fracasso Escolar (ainda) em questão**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-26012011-133059/en.php>

[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce\\_cad1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf).

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em jan. 2018

SÃO PAULO, São Bernardo do Campo. Plano Municipal de Educação. Lei nº 6447, de 28 de dezembro de 2015

Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-municipal-de-educacao-sao-bernardo-do-campo-sp>. Acesso em jan. 2018

SÃO PAULO, São Bernardo do Campo. CME nº 01/2017, de 29 de dezembro de 2017.